



CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 090/2025 - PGMP

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A PROCEDER A DEVOLUÇÃO, DOS VALORES CORRESPONDENTES A CONDENAÇÕES JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO E EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ENVOLVENDO SERVIDORES OU EX-SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Cidadão **Mateus Ferreira Assayag**, Prefeito do Município de Parintins, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, e em cumprimento à Lei Orgânica do Município, apresenta a consideração do Poder Legislativo o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica a Câmara Municipal autorizada, em caráter excepcionalíssimo, a proceder a devolução, dos valores referentes a condenações judiciais transitadas em julgado e em fase de cumprimento de sentença que envolvam servidores ou ex-servidores do Poder Legislativo.

Art. 2º A devolução de que trata o artigo anterior observará as seguintes condições:

- I – comprovação da decisão judicial condenatória transitada em julgado;
- II – apresentação do processo judicial em fase de cumprimento de sentença, com memória de cálculo atualizada;
- III – comunicação formal à Presidência da Câmara Municipal, dos valores a serem devolvidos no exercício financeiro vigente, para que a devolução ocorra no exercício financeiro seguinte.

Art. 3º A devolução será proporcional ao valor da condenação judicial comprovada, sendo vedada a devolução de montante superior ao devido.

Art. 4º Poderá ser admitido o parcelamento da devolução, desde que requerido pela Câmara Municipal e autorizado pelo setor financeiro municipal e pelo chefe do Executivo, de forma a não comprometer o funcionamento administrativo do Legislativo.

Art. 5º Compete ao Município de Parintins:

- I – comunicar a Câmara Municipal até o dia 20 de dezembro, dos valores a serem devolvidos mediante comprovação documental;
- II – manter registros contábeis individualizados e encaminhar relatórios trimestrais à Câmara Municipal.

Art. 6º Compete à Câmara Municipal de Parintins:



CÂMARA MUNICIPAL DE **PARINTINS**

I – receber os documentos necessários à correta identificação do débito, analisando e confirmando os valores para devolução;

II – planejar sua execução orçamentária considerando eventuais repasses autorizados por esta Lei.

Art. 7º O disposto nesta Lei não afetará a base de cálculo do duodécimo previsto constitucionalmente, configurando-se apenas mecanismo excepcional de cumprimento de determinações judiciais.

Mateus Ferreira Assayag
Prefeito do Município de Parintins

Sala de Comissões, em 29 de dezembro de 2025.

VER. ALEX GARCIA
Presidente da Comissão

VER. TELO PINTO
Membro da Comissão

VER. AZAMOR PESSOA
Membro da Comissão